

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

Edição nº 1168

Nesta edição:

Atos Normativos	2
Boletins	2
Editais	2
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contratos	3
Avisos de licitações	3
Concursos Públicos	4
Editais	4
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Boletins	5
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Editais	6



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1168

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 36/2013

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º São declarados hóspedes oficiais do Estado, no período de 07 e 08 de maio de 2013, os médicos psiquiatras Dra. Lisia Von Diemen e o Dr. Thiago Pianca, que participarão do evento "Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes", na qualidade de palestrantes.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito ao transporte, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de abril de 2013.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 188/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00308/2013-2, a pedido, a Dra. MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3424138, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n.º

41/2003, e artigo 40, § 9º da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, em conformidade com a Lei n.º 8.625/1993, e Leis Estaduais n.os 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 0802/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 154/2013 - PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR. 00006.00048/2013-4.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de abril de 2013.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 155/2013 - PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento das Peças Informativas PR. 00001.00577/2013-7.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de abril de 2013.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS.

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1168

EDITAL N.º 156/2013 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n.º 00882.00120/2011, instaurado com o objetivo de investigar a queima de campo agropastoril contrariando a legislação em vigor, ocorrida na localidade de Tainhas, em São Francisco de Paula. Restou investigado o Sr. Rivelino Biondo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete, Secretária-Geral.

EDITAL N.º 157/2013 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Márcia Santos de Campos, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do expediente PI n.º 00872.00143/2012, instaurado com o objetivo de aferir a regularidade do estabelecimento comercial situado na Rua Antunes Ribas, nº 555, Bairro Centro, na cidade de Santo Ângelo, principalmente perante a legislação de prevenção contra incêndio.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete, Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 189/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATI-VOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUI-ÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- JANAINA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II - CC-05, deste órgão (Port. 1037/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2013

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 320-09.00/13-1

CONTRATADA: THYSSENKRUPP ELEVADORES LTDA. **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores da Promotoria de Justiça de Pelotas/RS:

Descrição	Modelo	Capacidade (kg)	Velocidade
2 (dois) eleva- dores marca Thyssenkrupp	FDN	600kg	60 (m/min)

VALOR MENSAL: R\$ 1.950,00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3931; FUNDAMENTO LEGAL: Leis Estaduais n.º 13.191/09 e n.º 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.º 33/08 e n.º 47/05, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de abril de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 05/2013 (Processo n.º 001217-09.00/13-8) Tipo menor preço global. Objeto: contratação de serviços de engenharia visando à elaboração de projetos estruturais e de fundações para as sedes do Ministério Público em Agudo, Camaquã, Porto Alegre — Regional da Restinga e Santo Ângelo, com vigência de 12 meses, conforme Convite e seus Anexos.

Data e horário de abertura: 07/05/2013, às 14 horas.

<u>Local</u>: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). <u>Edital</u>: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite. <u>Informações gerais</u>: e-mail, <u>cplio@mp.rs.gov.br</u>. Base legal: Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de abril de 2013.

MICHEL CORRÊA MURAD,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1168

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO** DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS
AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 107/2013

ANÁLISE DE RECURSOS QUANTO À ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso público para o cargo de Agente Administrativo, Edital nº 091/2013, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 21 de março de 2013, **RESOLVE**:

I. PROVER os recursos interpostos e <u>deferir</u> o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição dos candidatos abaixo arrolados:

NOME	RG
Agadegiz Blaut Júnior	3067577316
Luciano Antunes	7064164457
Thyano Gomes de Oiveira	2061838484

- II. COMUNICAR aos candidatos que tiveram seu requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição deferido que deverão retornar ao site do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br/concursos) para efetuar sua inscrição até o dia 09/05/2013, sendo desnecessária a emissão de boleto e o pagamento do valor da inscrição.
- III. INFORMAR que os demais candidatos arrolados no item II do Edital nº 104/2013 deixaram de apresentar recurso.
- IV. COMUNICAR aos candidatos que tiveram seus pedidos de isenção do valor da inscrição indeferidos e que queiram participar do certame que deverão efetuar sua inscrição no site do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br/concursos) até o dia 09/05/2013, de acordo com o item 4 do capítulo IV do Edital nº 091/2013, e realizar o pagamento do boleto bancário até o dia 10/05/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de abril de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Gerente da Comissão de Concurso.

EDITAL N.º 111/2013 EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 603/2013, publicada no Boletim nº 141, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 03/04/2013, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 19/2013, nº 20/2013 e nº 24/2013, aprovadas por meio da Ata n.º 141 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2013. VELOCY MELO PIVATTO,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1168

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 024/2013

- O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Civis:
- 1) Inquérito Civil, nº 00935.00011/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Danusa Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no convênio n.º 047-019-2012, bem como desvio de finalidade de recursos da STASC.
- 2) Inquérito Civil, nº 00801.00017/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar fraude na aquisição de medicamentos pelo Município de Ibiraiaras.
- 3) Inquérito Civil, nº 01175.00021/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas e respectivo exercício do poder de polícia administrativo.
- 4) Inquérito Civil, nº 00775.00043/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, com a finalidade de apurar supostos atos de improbidade administrativa envolvendo a Administração Municipal de Taquaruçu do Sul em possíveis irregularidades em contratações.
- 5) Inquérito Civil, nº 00914.00012/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa, por ofensa aos Princípios da Legalidade, Impessoalidade e Moralidade Administrativa, em função da realização de concurso público fraudulento na Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Sal.
- 6) Inquérito Civil, nº 00775.00031/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça Frederico Westphalen, com a finalidade de apurar irregularidades nas contratações de Visitadores do PIM, no Município de Vicente Dutra.
- 7) Inquérito Civil, nº 00763.00010/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar eventuais ilícitos de improbidade administrativa na facilitação de concessão de licenças ambientais.
- 8) Inquérito Civil, nº 00931.00013/2013, instaurado pela Pro-

- motora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça Cível de Viamão, com a finalidade de investigar eventual lesão ao direito à saúde decorrente da inexistência de unidade de saúde no Loteamento Jardim do Cocão.
- 9) Inquérito Civil, nº 01175.00022/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em virtude de alagamentos ocorridos na Rua Torbjorn Weibull.
- **10)** Inquérito Civil, nº 00827.00004/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de investigar possível venda ilegal de caixões fúnebres.
- **11) Inquérito Civil, nº 00936.00008/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de investigar irregularidades no processo seletivo simplificado n.º 031/2013 DSEI Interior Sul.
- **12) Inquérito Civil, nº 01203.00042/2012**, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues da Silva Algarve, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na ocupação de vagas de postos de graduações da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do sul.
- 13) Inquérito Civil, nº 01203.00039/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues da Silva Algarve, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível irregularidade na concessão de uso de espaço público para particular.
- **14) Peça de Informação, nº 00947.00019/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Cínthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com a finalidade de apurar a possível utilização de maquinário público fora do horário de expediente.
- **15) Inquérito Civil, nº 00711.00017/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claúdio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar irregularidades nos processos licitátorios nº 1172, 1356 e 1463
- **16) Inquérito Civil, nº 00711.00016/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claúdio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar improbidade Administrativa em provimento de cargos em comissão em desacordo com artigo 37, inciso V da CF.
- 17) Inquérito Civil, nº 00763.00053/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possível ocorrência de irregularidades relacionadas com a contratação emergencial de professores, a contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área ambiental, objeto do Edital de Licitação Convite n.º 17/2012 e a contratação de serviços de assessoria jurídica, objeto da Licitação Convite n.º 21/2012, todos no Município de Jacutinga.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 26 de abril de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1168

- **18) Inquérito Civil, nº 00761.00008/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de investigar a situação do investimento na educação do município no ano de 2011, tendo em vista a certidão do TCE.
- 19) Inquérito Civil, nº 00763.00054/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possível ocorrência de irregularidade na concessão da Licença de Operação n.º 27/2011 para a atividade de suinocultura.
- 20) Inquérito Civil, nº 00912.00007/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Junchen, da Promotoria de Justiça de Taquari, com a finalidade de apurar possível prática de nepotismo.
- **21) Inquérito Civil, nº 00761.00010/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de investigar possível ofensa aos princípios da legalidade e da transparência, diante da notícia de que houve supressão de dados de sistemas informações.
- 22) Inquérito Civil, nº 00761.00011/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de investigar improbidade administrativa gestão fiscal referente aos gastos com pessoal no ano de 2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de abril de 2013.

TÊMIS LIMBERGER.

Coordenadora Substituta do Centro Operacional Cível.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra vago o cargo abaixo elencado, na forma de provimento e critério relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
59/2013	Promoção	Antiguidade	Procurador de Justiça Substituto

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2013. MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.